

DECRETO Nº 12.088, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020.

ESTABELECE A INTIMAÇÃO ATRAVÉS DE CORREIO ELETRÔNICO E APLICATIVO DE MENSAGENS NOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DA PROCURADORIA DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

Publicado no Jornal do Município Nº 234116/12/2020 Página 43-44.

O Prefeito de Itajaí, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 47, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Itajaí, no Decreto nº 8.660, de 22 de julho de 2008, e, considerando o teor do processo administrativo nº 3480001/2020 - 72258/2020-e, DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a intimação eletrônica dos procedimentos administrativos no âmbito da Procuradoria de Defesa do Consumidor de Itajaí, conforme prevê o art. 49 do Decreto 8.660, de 22 de julho de 2008.

Art. 2º O art. 49 do Decreto 8.660, de 22 de julho de 2008, fica acrescido do parágrafo único, com a seguinte redação:

"Parágrafo único. A intimação dos atos será realizada preferencialmente na forma eletrônica."

Art. 3º Os fornecedores, conforme conceitua o artigo 3º da Lei Nacional 8.078/1990, deverão informar à Procuradoria de Defesa do Consumidor um endereço eletrônico e um número de telefone vinculado a uma conta do aplicativo de mensagem instantânea WhatsApp para recebimento de intimações dos procedimentos administrativos em trâmite.

Parágrafo único. O endereço eletrônico e a conta do aplicativo de mensagem deverão ser mantidos conectados à rede mundial de computadores e ativos.

Art. 4º A intimação por aplicativo de mensagem Whatsapp, quando realizada para comparecimento do intimado, deverá ser realizada obedecendo ao prazo mínimo de antecedência de três dias previsto no art. 48 do Decreto 8.660/2008.

§ 1º A intimação na forma do caput será considerada efetivada independentemente de confirmação de recebimento pelo intimado, bastando ser constatado o recebimento através de sinal indicativo do aplicativo.

§ 2º A Procuradoria de Defesa do Consumidor utilizará o perfil institucional do órgão para a realização da intimação na forma deste artigo.

Art. 5º A intimação por e-mail exigirá que o intimado acuse o recebimento em até 24 (vinte e quatro) horas úteis, ocasião em que, caso não atestado, ocorrerá a intimação pelos outros meios admitidos.

Parágrafo único. A intimação na forma deste artigo será efetuada com a utilização do e-mail institucional da Procuradoria de Defesa do Consumidor.

Art. 6º Os consumidores poderão aderir à forma de intimação prevista no art. 3º deste Decreto, mediante declaração dos dados necessários, ficando cientes da responsabilidade pelo cumprimento da intimação.

Art. 7º É de responsabilidade dos fornecedores e dos consumidores que aderirem à forma de intimação prevista neste decreto a consulta no seu equipamento sobre o recebimento de intimações.

Art. 8º A comprovação da intimação, na forma deste decreto, deverá ser anexada aos autos.

Art. 9º Os prazos para cumprimento das intimações permanecem obedecendo ao disposto no Decreto **8.660/2008**.

Art. 10. Incumbe ao fornecedor e consumidor, havendo alteração do telefone ou do e-mail, a comunicação à Procuradoria de Defesa do Consumidor para fins de atualização do cadastro, sob pena de, não o fazendo, dar-se como cumprida a intimação.

Art. 11. O disposto no presente decreto se aplica a todos os procedimentos administrativos, inclusive de natureza preliminar, em trâmite na Procuradoria de Defesa do Consumidor ou em grau de recurso no Conselho Municipal de Defesa do Consumidor.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 15 de dezembro de 2020.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI

Prefeito Municipal

GASPAR LAUS

Procurador-Geral do Município

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 18/12/2020